

Sociedades Sustentáveis e as Organizações

Marco Antonio Conhalato Caetano

Resumo

Sociedades, empresas, governos, ong's, organizações voltadas para alternativas que contribuem para a sustentabilidade ou para o desenvolvimento sustentável, estão convivendo cada dia mais com o tema citado. Juntas, muitas dessas organizações, principalmente governamentais, fomentam e elaboram conferências e relatórios como a ECO 92, que promoveu a Agenda 21 e a Carta da Terra, documentos voltados para o direcionamento da humanidade para o tão sonhado “bem comum”. A Conferência de Estocolmo e o Relatório Brundtland, em 1987, que também trazem diretrizes para a educação ambiental, são promovidos com o intuito de regulamentar e educar a humanidade para a captação responsável de recursos naturais e sobre a importância da dedicação pela busca da dignidade humana. Os problemas com temas pertinentes aos princípios fundamentais existem e são evidentes, assim como a desigualdade social. Projetos filantrópicos e projetos sociais, com doações e programas, são realizados por empresas privadas/organizações corporativas estão presentes na busca pelo desenvolvimento. Empresas investem em desenvolvimento sustentável com vistas à ecoeficiência sob de regulamentações que interferem na habilitação de certificações, selos e rótulos verdes que agregam valor às marcas e produtos.

Palavras-chave: desenvolvimento sustentável, sociedade, organizações, responsabilidade socioambiental.

1 INTRODUÇÃO

Sociedades sustentáveis e organizações é um tema que está em evidência atualmente. Trata-se de uma conjunção que aponta responsabilidades voltadas ao desenvolvimento sustentável, que tem como fundamento a captação de recursos naturais com responsabilidade, enfatizada pelo então Relatório Brundtland, de 1987, como a utilização dos recursos para atender as gerações atuais sem comprometer os recursos que atenderão as gerações futuras.

Sociedades já apareciam no Neolítico, com a vida em comunidades orgânicas e com uma faceta do desenvolvimento, a adoção da agricultura, que pode ser considerada uma revolução ou evolução de uma cultura antes nômade baseada na coleta, caça e pesca.

Surpreendentemente, a “era do conhecimento”, que deveria ser alicerce do desenvolvimento sustentável, chegou trazendo consigo, infelizmente, problemas na relação homem/natureza como a degradação ambiental e social, obrigando as organizações formularem medidas para conter ou controlar a destruição.

Os termos sustentabilidade e organizações são evidenciados no decorrer do assunto, não com a pretensão de reduzi-los, mas de explicar de forma a se compreender seus significados comuns e seus envolvimento no contexto apresentado.

O papel das organizações formais e a visão economicista não devem sobrepor ao desenvolvimento sustentável. Para tanto, as empresas descobriram que com uma apresentação de produtos e métodos para produzi-los sustentável e ecologicamente corretos, podem agregar valor quando o consumidor é educado e conscientizado a consumir tais bens e serviços. São grandes avanços na comunidade privada envolvendo a ecopropaganda, que como consequência, trouxeram a possibilidade de harmonia na exploração dos recursos.

Entretanto, ações e medidas são urgentes nos campos sociais. Investimentos são realizados para o acesso à saúde e educação, com números que colocam o Brasil em patamares de países desenvolvidos, mas problemas na relação PIB/investimento/habitante distanciam do que se pode chamar de qualidade de atendimento nos dois setores.

Lixões a céu aberto em 45% dos municípios, mais de 55% se contado os municípios que utilizam aterro sanitário inadequado. Produção de cerca de 1 kg de lixo/dia por habitante no planeta e países anunciando aumento na produção de resíduos sólidos nos próximos anos fazem parte do trabalho apresentado, com o objetivo de conscientização e de disponibilização de dados para novas pesquisas.

Será apresentada a Carta da Terra com seus quatro princípios e dezesseis proposições voltadas para o desenvolvimento sustentável e respeito à vida, assim como a responsabilidade socioambiental corporativa com ações de empresas em busca das certificações ao atender princípios, determinações e exigências legais também fazem parte do contexto.

Por fim os projetos apoiados pelo Estado em consonância com a sustentabilidade, para a captação de recursos, desenvolvimento de políticas éticas no fomento de atividades concernentes ao assunto para comunidades indígenas, comunidades extrativistas, comunidades rurais e toda sociedade civil.

O trabalho foi elaborado a partir de diretrizes apontadas pela UNOPAR-Universidade Norte do Paraná.

2 DESENVOLVIMENTO E SUSTENTABILIDADE

A ideia de contextualizar os termos desenvolvimento e sustentabilidade é amplamente discutido por apresentar discordâncias quanto a verdadeira condição de simbiose entre o crescimento, sinônimo daquele, e o consumo racional em uma sociedade regida pelo consumismo moderno, que “por sua própria natureza, está mais preocupado em saciar vontades do que em satisfazer necessidades” (BARBOSA; CAMPBELL, 2006).

A imagem de desenvolvimento para a sociedade ou para o homem, muito provavelmente, tem seu nascimento proveniente da “idade da pedra polida”, na Revolução Neolítica, a cerca de 10.000 anos, com o surgimento da agricultura, da utilização dos metais e do início da vida em comunidade. “O termo Socialização surge aqui (neolítico), com significação ampliada, já como uma constituição de uma comunidade orgânica humana” (CHARDIN, 1955).

No Brasil, autores como Barros (apud. CAMPOS, 1991) afirmam que “os índios brasileiros em sua maioria encontravam-se no início do Neolítico, isto é, o Período da Pedra Polida. Começavam a desenvolver a agricultura e viviam principalmente da caça, pesca e coleta, que lhes garantiam vida farta e harmoniosa”.

Atualmente o homem vive a era do conhecimento, as comunidades estão conectadas por redes de computadores, “o conhecimento é mais valioso e poderoso que os recursos naturais, grandes indústrias ou polpudas contas bancárias” (LARA, 2005). Apesar disso, neste século, “se

compreendeu a real dimensão da degradação ambiental promovida pelo homem, quando todos se deram conta da escassez crescente dos recursos naturais e dos fenômenos das poluições da água, do ar e do solo” (SATO, 1995).

Desenvolvimento significa “ação de crescer ou progredir, progresso” (DICIONÁRIO ONLINE), pode ser definido também como “crescimento ou expansão gradual; passagem gradual de um estágio inferior a um estágio mais aperfeiçoado; adiantamento (MICHAELLIS, 2014).

Sustentabilidade é um termo que pode ter seu conceito derivado do Desenvolvimento Sustentável (DS), agregada à ideologia ambiental, já que se propõe ou “implica na manutenção quantitativa e qualitativa do estoque de recursos ambientais, utilizando tais recursos sem danificar suas fontes ou limitar a capacidade de suprimento futuro (AFONSO, 2006), ou tendo sua caracterização, segundo a Comissão Mundial Sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento da ONU, em 1987, como “um processo na qual a exploração de recursos, a direção dos investimentos, a orientação do desenvolvimento tecnológico e a mudança institucional se harmonizam e reforçam o potencial presente e futuro, à fim de atender as necessidades e aspirações humanas”.

Sustentabilidade tem sua estrutura voltada e impulsionada para os estudos em torno do aumento desordenado ou rápido da densidade demográfica, do crescimento produtivo e sua intensidade material assim como na suposta situação dos recursos naturais ou ambientais limitados. “A história da sustentabilidade se inicia a partir da discussão de padrões econômicos relacionados a crescimento produtivo e populacional, disponibilidade de recursos, escala e limites (GOODLAND, 1995).

O contexto que engloba a figura do desenvolvimento, quando analisado multidisciplinarmente, gera um desafio transformador ao conflitar diretamente, quase paradoxalmente, a figura do sustentável. O desenvolvimento, chamado até de “um avatar do progresso iluminista” (IGNACY SACHS, 2008), deve ser a chave para a revolução cultural sobre sustentabilidade. Os países emergentes, outrora “em desenvolvimento”, exercem um papel fundamental na junção dos contextos, não somente no campo econômico como sugere a terminologia, ou mais amplamente a ideologia, mas nos campos sociais e ambientais.

Este não pode limitar-se unicamente aos aspectos sociais e sua base econômica, ignorando as relações complexas entre o porvir das sociedades humanas e a evolução da biosfera; na verdade, estamos na presença de uma co-evolução entre dois sistemas que se regem em escalas de tempo e escalas espaciais distintas (IGNACY SACHS, 2008).

Para o sistema econômico, são três elementos básicos: capital natural, trabalho humano e capital financeiro, excludentes e substituíveis entre si. Dos três, que formam um sistema dentro do sistema, existe o capital natural que está sujeito, de acordo com a segunda lei da termodinâmica denominada entropia, que mesmo complexa, transmite a ideia de desperdício irreversível.

O progresso não está mais aliado somente ao desenvolvimento ou crescimento financeiro, a sociedade deve acordar para um novo mundo pautado na rejeição às transgressões ao meio ambiente e à biodiversidade, em que a humanidade está inserida como parte do todo.

É absolutamente vital que os cidadãos de todo o mundo insistam a favor de medidas que darão suporte ao tipo de crescimento econômico que não traga repercussões prejudiciais às pessoas; que não diminuam de nenhuma maneira as condições de vida e de qualidade do meio ambiente. É necessário encontrar meios de assegurar que nenhuma nação cresça ou se desenvolva às custas de outra nação, e que nenhum indivíduo aumente seu consumo às custas da diminuição do consumo dos outros. (CARTA DE BELGRADO, 1975)

Para o sistema natural e a biodiversidade é de extrema importância a compreensão sobre a exigência de ações voltadas para políticas envolvendo os stakeholders sociedade civil e organizações, sejam públicas ou privadas, com o objetivo de alcançar as metas de desenvolvimento sustentável, educação ambiental, luta contra a pobreza, ecoeficiência e justiça social, temas propostos nas várias esferas e nos vários encontros promovidos pelas lideranças de vários países do mundo, como o Relatório Brundtland (Nosso Futuro Comum), a Carta da Terra, a Agenda 21 (Eco 92), entre muitos outros.

2.1 Sociedades, Organizações: degradação ambiental e desafios

Pode-se entender sociedade, sob a ótica moral, como um grupo, ou grupos, de indivíduos e órgãos que convivem sob regras e normas sobre seu comportamento. Segundo Castro (2000), “o comportamento humano torna-se agência social ao se fundar, não em regulações instintivas selecionadas pela evolução, mas em regras de origem extra-somática historicamente sedimentadas”.

As organizações estão por toda parte, são indústrias, igrejas, hospitais, governos, comunidades, Ong's, ou seja, são grupos formais ou informais organizados para exercer seus papéis na sociedade.

A formação de sociedades organizadas sustentáveis vai ao encontro da ideia de preservação ou uso racional dos recursos naturais. É urgente a evolução das ações stakeholders (proprietários, acionistas, empregados, governantes), para processos multistakeholders (troca de experiências entre as organizações) e a criação de muitos workgroups (grupos de trabalho/idealização de projetos relevantes), em consonância com o benchmarking ambiental (aprendizado integrado e sistemático, entre os agentes, dos melhores métodos promovidos pelas organizações), inclusive com a adoção de práticas eficazes e uma mudança para um novo paradigma objetivando o desenvolvimento global por todos os setores diante do atual cenário de calamidade social, ambiental e econômico.

Com o objetivo de unir o mundo em torno do objetivo socioambiental, várias conferências e estatutos foram apresentados, como o Relatório Brundtland, em 1987, intitulado de “Nosso Futuro Comum”, que foi elaborado pela Comissão Mundial Sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento da ONU, chefiada pela então primeira-ministra da Noruega Gro Brundtland, que emprestou o sobrenome.

O Relatório Brundtland é que trouxe, como alternativa, pela primeira vez, o conceito de Desenvolvimento Sustentável ou Sustentabilidade quando afirma que “O desenvolvimento sustentável é o desenvolvimento que atende as necessidades atuais sem comprometer a habilidade das futuras gerações de atender suas próprias necessidades” (ONU, 1987). “Essa nova proposta de desenvolvimento envolve simultaneamente, e de forma holística, as dimensões ambiental, social, tecnológica, cultural, política e econômica para o progresso da sociedade global”. (LEAL, 2000)

A questão do progresso envolvendo vários campos da sociedade traz à tona o problema do passivo ambiental, ou seja, as obrigações que a sociedade e as organizações tem para com a preservação e recuperação do meio ambiente e seus recursos.

Com difícil mensuração por apresentar aspectos de percepção cultural da sociedade perante a “naturalização” do meio ambiente, em que o próprio ser humano não se vê como parte integrante da biodiversidade por não se sentir “partícipe da natureza, parte integrante da cadeia

da vida, não levando, pois, em consideração, que ações predatórias locais podem provocar consequências globais”. (GEBRAN, 2004)

Nesse contexto, é de fundamental importância a integração dos povos em torno de um objetivo em que o ser humano se veja como uma engrenagem do sistema ambiental e que se o sistema for prejudicado ou destruído será a destruição do próprio ser humano.

O passivo ambiental das sociedades e organizações vai muito além das importantíssimas ações de despoluição de rios e mares, demarcação de reservas legais preservadas, despoluição dos solos e do ar e uso racional dos recursos. Em 1992 aconteceu, no Brasil, uma conferência mundial, denominada “Cúpula da Terra”, onde foram elaborados documentos oficiais voltados para o desenvolvimento sustentável, entre os principais encontram-se a Carta da Terra, As Três Convenções (Biodiversidade, Desertificação e Mudanças Climáticas) e a Agenda 21.

Esses documentos trazem em seu conteúdo diretrizes para o desenvolvimento com vistas à justiça, sustentabilidade e paz, com ênfase a indivisibilidade dos objetivos de erradicação da pobreza, desenvolvimento econômico equitativo e respeito aos direitos humanos, considerados interdependentes.

Eles confirmam a importância das entidades refletirem local e globalmente sobre o futuro do planeta. Sejam governos, empresas, organizações não-governamentais e indivíduos, todos são convocados a fazerem parte do projeto de desenvolvimento, com inclusão social, acesso à educação e saúde, com desenvolvimento urbano e rural sob a ética de políticas voltadas para um objetivo comum.

A Carta da Terra, em seu conteúdo que, em sua elaboração, através da Comissão criada em 1997 e composta por 23 membros dos mais diversos países, contaram, para a redação da carta, com pesquisas e consultas por dois anos, em mais de 46 países e mais de 100.000 pessoas em todos os setores e ambientes da sociedade, desde favelas, aldeias indígenas a universidades, apresenta quatro princípios fundamentais e dezesseis proposições de apoio (INSTITUTO ATKW):

I. RESPEITAR E CUIDAR DA TERRA E DA VIDA;

1. Respeitar a Terra e a vida em toda sua diversidade;
2. Cuidar da comunidade da vida com compreensão, compaixão e amor;
3. Construir comunidades democráticas que sejam justas, participativas, sustentáveis e pacíficas;
4. Assegurar a generosidade e beleza da Terra para as atuais e futuras gerações.

II. INTEGRIDADE ECOLÓGICA;

1. Proteger e restaurar a integridade dos sistemas ecológicos da Terra, com especial atenção à diversidade biológica e aos processos naturais que sustentam a vida;
2. Prevenir o dano ao ambiente como o melhor método de proteção ambiental e, quando o conhecimento for limitado, assumir uma postura de precaução;
3. Adotar padrões de produção, consumo e reprodução que protejam as capacidades regenerativas da Terra, os direitos humanos e o bem-estar comunitário;
4. Avançar o estudo da sustentabilidade ecológica e promover o intercâmbio aberto e aplicação ampla do conhecimento adquirido.

III. JUSTIÇA SOCIAL E ECONÔMICA;

1. Erradicar a pobreza como um imperativo ético, social e ambiental;
2. Garantir que as atividades e instituições econômicas em todos os níveis promovam o desenvolvimento humano de forma equitativa e sustentável;
3. Afirmar a igualdade e a equidade dos gêneros como pré-requisitos para o desenvolvimento sustentável e assegurar o acesso universal à educação, assistência de saúde e às oportunidades econômicas;
4. Defender, sem discriminação, os direitos de todas as pessoas a um ambiente natural e social capaz de assegurar a dignidade humana, a saúde corporal e o bem-estar espiritual, com especial atenção aos direitos dos povos indígenas e minorias.

IV. DEMOCRACIA, NÃO-VIOLÊNCIA E PAZ.

1. Fortalecer as instituições democráticas em todos os níveis e prover transparência e responsabilização no exercício do governo, participação inclusiva na tomada de decisões e acesso à justiça;
2. Integrar, na educação formal e na aprendizagem ao longo da vida, os conhecimentos, valores e habilidades necessárias para um modo de vida sustentável;
3. Tratar todos os seres vivos com respeito e consideração;
4. Promover uma cultura de tolerância, não-violência e paz.

A humanidade é parte de um vasto universo em evolução. A Terra, nosso lar, é viva como uma comunidade de vida incomparável. As forças da natureza fazem da existência uma aventura exigente e incerta, mas a Terra providenciou as condições essenciais para a evolução da vida. A capacidade de recuperação da comunidade de vida e o bem-estar da humanidade dependem da preservação de uma biosfera saudável com todos seus sistemas ecológicos, uma rica variedade de plantas e animais, solos férteis, águas puras e ar limpo. O meio ambiente global com seus recursos finitos é uma preocupação comum de todos os povos. A proteção da vitalidade, diversidade e beleza da Terra é um dever sagrado. (WWW.CARTADATERRA.ORG)

A sociedade em conjunto com as organizações, formais e informais podem promover um futuro sustentável. Ações envolvendo energia limpa, transporte sustentável, culturas agrícolas orgânicas, plantios e replantios de florestas nativas e até mesmo pequenas ações de indivíduos são necessárias e capazes de transformar e desenvolver um mundo com mais sustentabilidade.

Um dos meios de atuação da sociedade no objetivo da sustentabilidade ambiental estão nas pequenas práticas, como ir ao trabalho de bicicleta em detrimento ao veículo e a separação do lixo para reciclagem. Desafios estão na existência de uma escassez nos investimentos em algumas áreas, principalmente no quesito infraestrutura que deem condições para que as comunidades possam realmente participar das ações voltadas à sustentabilidade, além de poucas atitudes governamentais para conter a degradação ambiental.

Atualmente, no Brasil, divulgado em pesquisa recente (G1, 2013), o número de ciclovias nas capitais representa apenas 1% da malha viária nacional, são 1.118 ciclovias, totalizando 97.979 km de malha, sendo o Rio de Janeiro o 1º lugar em quantidade de vias próprias para bicicletas construídas, com 361 km.

Capitais com considerável índice demográfico se comparadas com cidades americanas como Denver (1.514,52 hab/km² - 1400 km de ciclovias) e Atlanta (1.217,91 hab/km² - 350 km de ciclovias), nos EUA, Belém-PA com 1.315,26 hab/km²; Goiânia-GO com 1.776,74 hab/km² e São Luís-MA com 1.215,69 hab/km² (IBGE, 2014), possuem uma média de 5,6 km de ciclovias construídas. Algumas capitais, possuem números muito baixos ou inexistentes, como Porto Velho-RO, Cuiabá-MT e Boa Vista-RR, que apresentam 3 km, 2 km e 0 km, respectivamente, de ciclovias construídas. (G1, 2013)

Em contrapartida, a nível mundial, a Federação Europeia de Ciclistas (ECF) anunciou recentemente que a Europa contará, até 2020, com uma megaciclovias com 14 grandes rotas que interligará 43 países (EXAME). Serão 70.000 km de ciclovias com objetivo turístico e socioambiental, já que poderá ser usada no dia-a-dia pela população, contribuindo para as ações voltadas para a diminuição da emissão de poluentes no ar.

Economicamente, pesquisa realizada em Melbourne, na Austrália (ZERO HORA), apontaram uma mudança de posicionamento dos comerciantes contrários a construção de ciclovias. Os números foram confrontados em situações envolvendo bicicleta e automóvel. A conclusão foi de que 1 carro ocupa uma vaga de 13m², espaço suficiente para 6 bicicletas; \$ 27 dólares australianos é a receita por hora com 1 motorista, \$ 16,20 dólares é a receita com 1 ciclista; \$ 97,20 dólares australianos é a receita para o comércio com 6 ciclistas, é mais do que ganham com 3 motoristas.

Verifica-se então atividade economicamente atrativa, além de atitude responsável, de cunho ambiental para todos, não só dos ciclistas, mas também do comércio, indústria e governo o investimento financeiro e intelectual em métodos e práticas que fomentam ações de desenvolvimento sustentável.

Segundo a Subcomissão Temporária de Resíduos Sólidos, ligada à Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA), o Brasil recicla apenas 3% do lixo urbano, sendo que 1/3 de todo o lixo é potencialmente reciclável (SITE SENADO FEDERAL).

Pesquisas da Associação Brasileira de Empresas de Limpeza Pública e Resíduos Especiais indicam que o Brasil produz 63 milhões de toneladas de resíduos sólidos por ano, ocupando a 5º colocação no ranking mundial em geração de lixo urbano. São 383 kg de lixo per capita ao ano, número que teve um aumento de 21% nos últimos 10 anos enquanto a população brasileira cresceu 9,6% no mesmo período.

No Brasil, 45% dos municípios destinam o lixo para locais sem nenhum controle ambiental. São 2.507 dos 5.564 municípios que lançam todos os resíduos provenientes da coleta doméstica em ambientes a céu aberto. Contando com os aterros sanitários, ditos controlados, são contabilizados 3.322 municípios que descartam inadequadamente o lixo. (FOLHA DE SÃO PAULO, 2014)

Entretanto, a coleta seletiva avançou nos dois últimos anos segundo o IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. O Instituto afirma que em 2010, apresentavam-se números de 15% a 20% para os municípios que possuíam algum plano de coleta, e que esse número subiu para 50% atualmente.

No mundo são 1,3 bilhões de toneladas de resíduos por ano, produzidos principalmente pelos países que fazem parte da OCSE (Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico, com 34 países), sendo que esse número pode chegar a 2,2 bilhões de toneladas em 2025, com a previsão chinesa de aumento de sua produção de resíduos de 540 milhões para 1,4 bilhões de toneladas. (GALEFFI, 2013)

O desafio da sociedade e das organizações é o de aprender a aprender, se reestruturarem, realizarem uma revolução cultural para a reversão de tais números. Vários projetos socioambientais, promovidos por empresas, governos e ong's tem sido de vital importância para essa revolução. O meio ambiente e sua biodiversidade, incluindo nesse contexto a humanidade estão em risco, abalados e trazem um “alerta para a possibilidade, não tão longínqua, do esgotamento de certos recursos naturais, para destruições irreversíveis da natureza, para o risco

da extinção da vida por causa da impiedosa depredação da natureza por obra da ganância das indústrias”. (LIBANIO, 2004)

2.2 Responsabilidade Socioambiental Corporativa e Governamental

A degradação ambiental gera o chamado passivo ambiental, que são as obrigações de todos os envolvidos de devolverem, ou “pagarem”, ao meio ambiente aquilo que lhe foi degradado, ou que se pretende degradar.

Criada através da Portaria MMA nº 416, de 3 de novembro de 2010, a Câmara Federal de Compensação Ambiental (CFCA), um colegiado nascido no âmbito do Ministério do Meio Ambiente, tem por finalidade atender no disposto no art. 32 do Decreto 4.340/2002, com redação dada pelo Decreto nº 6.848/2009, em que cabe a “estabelecer prioridades e diretrizes para aplicação da compensação ambiental federal, para agilizar a regularização fundiária das unidades de conservação, e para elaboração e implantação dos planos de manejo”. (MME, 2014)

A CFCA em conjunto com o IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis e o CCAF – Comitê de Compensação Ambiental Federal, são responsáveis pelo cumprimento da legislação ambiental referente à compensação ambiental federal, realizar estudos e conceder licenças para empreendimentos que possam impactar o meio ambiente, deliberar sobre a divisão de recursos provenientes da compensação ambiental, respectivamente.

A compensação ambiental é um instrumento de política pública que, intervindo junto aos agentes econômicos, proporciona a incorporação dos custos sociais e ambientais da degradação gerada por determinados empreendimentos, em seus custos globais. (INSTITUTO CHICO MENDES)

Além de objetos legais para promoção da compensação ambiental, muitas empresas hoje buscam agregar à sua imagem os resultados dos investimentos realizados, chamado de eco propaganda, que evidencia em suas marcas o traço ambiental e social.

As motivações relacionadas ao investimento privado, segundo Filho (2004), seriam a responsabilidade social, exigências legais, segurança, imagem, proteção ao staff, proteção do mercado, qualidade de vida e lucros.

Em estudo da filantropia realizado pelo IPEA, entre os anos de 2012 e 2013, além do uso de dados de anos anteriores, publicado em relatório da FGV, chamado de Relatório Final Eixo Investimento Social Privado Corporativo apresentaram resultados que indicam investimento em 2006 na ordem de R\$ 6 bilhões, partindo de 60% de empresas brasileiras que possuem atuação social.

Micro e pequenas empresas afirmaram, com índice de 66%, participar de algum investimento social, para as grandes empresas (com mais de 500 funcionários), o índice foi de 94%.

Entre 2003 e 2012, fundações americanas doaram U\$ 343.169.651 (1,9% do valor mundial) para o Brasil, que contou com 663 receptores (3,2% do total mundial).

Com os investimentos, públicos e privados, camadas periféricas da população são alcançadas, o que aumenta a possibilidade de uma melhor distribuição de renda, acesso à educação e saúde, além da dignidade humana.

No final de 2013 o IPEA, utilizando dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD, publicou o Comunicado nº 159, que afirma que a população em extrema pobreza (renda familiar de até R\$ 75) no Brasil caiu de 7,6 milhões de pessoas para 6,5 milhões e que a faixa da população pobre (renda familiar de até R\$ 150) foi reduzida de 19,1 milhões para 15,7 milhões. (IPEA, 2013)

Programas sociais federais como o “Brasil sem Miséria” possui orçamento anual na ordem de R\$ 20 bilhões, promovendo políticas e investimentos nas áreas de saúde, meio ambiente, educação, combate à pobreza, geração de empregos, proteção a mulher, inclusão produtiva urbana, inclusão produtiva rural e garantia de renda, entretanto, a colocação do Brasil no Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), que leva em consideração a renda per capita, a expectativa de vida e a taxa bruta de matrícula em escolas do país, que em 2002, antes da implementação do Programa, estava na 73ª posição (PNUD), apresenta hoje a 79ª posição.

Os investimentos em educação podem significar uma melhora nos números do analfabetismo no Brasil, em 2009 os investimentos chegaram a 5% do PIB nacional (PORTAL EBC, 2013), refletindo na escala a uma taxa de 9,6% de analfabetos (G1, 2013). Em 2011, investimentos na casa dos 5,3% do PIB, contribuindo para a diminuição da taxa para 8,6%.

Em 2012, o Brasil apresentou no quesito acesso à saúde, segundo o Comunicado nº 129 – Presença do Estado no Brasil, do IPEA, números que indicam desigualdade na qualidade do acesso. Foram utilizados dois indicadores: nº de profissionais da área com formação superior (médicos e enfermeiros) e nº de procedimentos aprovados pelo SUS – Sistema Único de Saúde. (IPEA, 2012)

A média nacional de médicos apresentou-se com 3,1 profissionais por grupos de mil habitantes, enquanto a média das regiões sul e sudeste apresentaram 3,7 profissionais e as das regiões norte e nordeste apresentaram, respectivamente, 1,9 e 2,4 profissionais qualificados para atender na área de saúde. Eram 330.641 leitos de internação disponíveis pelo SUS no Brasil, uma média de 1 leito para cada 586,6 habitantes.

O Brasil investe cerca de 8,4% de seu PIB em saúde, colocando-o no mesmo patamar de nações como Holanda (8,9%), Noruega (8,9%), Itália (8,7%), Inglaterra (8,4%), Espanha (8,5) e Austrália (8,9%), porém, “em função do tamanho de nosso produto interno em relação à população, o gasto total por pessoa é baixo quando comparado com esses países. Esse número chega a US\$ 2.671 na Espanha, US\$ 2.686 na Itália, US\$ 2.992 no Reino Unido e US\$ 3.357 na Austrália”. (PORTAL PUC-RIO, 2014)

Além dos investimentos para erradicação da pobreza, acesso à saúde e educação, o Estado promove, segundo o site do Ministério do Meio Ambiente, em projetos visando a preservação e o desenvolvimento sustentável ambiental. Entre os mais importantes encontram-se:

- Apoio ao Agroextrativismo – Carteira de Projetos – Oferece apoio financeiro aos pequenos projetos de organizações como cooperativas, ong’s, organizações da sociedade civil e interesse público e sindicatos rurais.
- Comunidades Indígenas – Carteira Indígena – Voltado para a erradicação da fome, com foco em atividades culturais, artesanato, gestão ambiental e revitalização de práticas e saberes tradicionais;
- Fundo Amazônia – É gerido pelo BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social. Tem a finalidade de captar recursos para financiar projetos ambientais na região amazônica;
- Fundo Nacional do Meio Ambiente – É o mais antigo fundo ambiental da América Latina, com 25 anos. Tem a missão de contribuir, como agente financiador, por meio da

participação social, para a implementação da Política Nacional do Meio Ambiente – PNMA; (MMA, 2014)

- TAL Ambiental – Programa de empréstimos junto ao Banco Mundial com o objetivo de fortalecer o Sistema Nacional do Meio Ambiente – SISNAMA. Apoiar estudos, análises e diagnósticos voltados para a consolidação de políticas públicas sobre desenvolvimento sustentável.

Além dos programas promovidos pelo poder público, a iniciativa privada também participa de projetos de cunho social e socioambiental com o objetivo de restauração da dignidade humana assim com a preservação do meio ambiente.

2.3 Ecoeficiência Empresarial

Empresas inteligentes do mundo todo têm buscado, através de altos investimentos, adotarem medidas que possam garantir a sustentabilidade ambiental, objetivando, além da conscientização, uma continuidade integrada socialmente de suas operações, ou até mesmo a ecopropaganda para a imagem de sua marca.

Voltadas para o lucro, que é o combustível de suas ações, empresas assumiram a responsabilidade de torna-lo responsável e sustentável. Anteriormente, para as empresas, o assunto ambiental era de extrema complexidade, pois envolvem órgãos, taxas, licenças e normas. Entretanto, através de informação e consequente conscientização, utilizaram a marca do ambientalmente correto a seu favor.

Na Alemanha, em 1977, foi desenvolvido um programa denominado “Anjo Azul” que, em operação até os dias atuais, tem por finalidade a certificação de empresas que respeitam as normas de preservação e continuidade ambiental. “E foi desse mesmo programa que surgiu a ideia do selo verde (grüne punkt) como marca de empresas e produtos que respeitam o meio ambiente”. (KOSOVSKI; PIEDADE; ROITMAN, 2014)

Em 1988, o Canadá criou seu Eco-logo e, em 1989, foi a vez do Japão criar o EcoMark. Também no ano de 1989, os EUA tornaram público o Green Seal. E, desde 1992, a União Europeia mantém o Ecolabel.

O papel da educação ambiental aos cidadãos tem função incontestável dentro do contexto de selos ambientais. Não se trata mais de apenas consumir, mas verificar a procedência dos produtos e serviços consumidos, se as empresas que os disponibilizam possuem certificação, licença ambiental, selos de sustentabilidade e se cumprem com a legislação ambiental.

E o cumprimento de normas pelas empresas transpassa as exigências legais, adentrando às morais ao atender quesitos básicos que as inclua no conceito ou finalidade de ecoeficiência. Para a regulamentação, desenvolvimento e uso de selos, foi criada ISO 14020, essa estabelece princípios básicos para tal determinação.

As empresas que contextualizam suas ações pautadas na ecoeficiência devem observar oito princípios básicos, segundo o Sistema FIENG – Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais:

1. Minimizar a intensidade de materiais dos bens e serviços;
2. Minimizar a intensidade energética dos bens e serviços;
3. Minimizar a dispersão de tóxicos;
4. Fomentar a reciclabilidade dos materiais;
5. Maximizar a utilização sustentável de recursos renováveis;

6. Estender a durabilidade dos produtos;
7. Aumentar a intensidade de serviço dos bens e serviços;
8. Promover a educação dos consumidores para o uso mais racional dos recursos naturais e energéticos.

Com base nesses princípios, na ISO 14020 e, em conformidade com a legislação, as empresas podem requerer e adicionar selos e rótulos ambientais em seus produtos, agregando valor a marca, educando o consumidor e contribuindo para um Brasil sustentável.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O envolvimento da sociedade na busca pelo desenvolvimento sustentável tornou-se indispensável e tema principal em debates por todo o mundo. A relação homem/natureza, de harmonia, pautada na coleta, plantio, caça ou pesca do que fosse apenas necessário à sobrevivência, deu lugar aos desejos e consumismo desenfreado, trazendo à tona os problemas oriundos da captação dos capitais naturais de forma irresponsável em atendimento a tal demanda.

Entretanto, camadas da sociedade e das organizações, sejam formais ou informais, travam hoje, uma batalha para reverter ou ao menos frear o avanço da degradação ambiental. Mobilizações, conferências, debates, muitos estão com a atenção voltada ao lema para “Nosso Futuro Comum”, em buscar alternativas para, responsabilmente, utilizar os recursos para atender as gerações atuais sem comprometer os recursos que atenderão as gerações futuras.

Ações locais, individuais, coletivas e globais, gerando condições para que haja possibilidade de que esse futuro tenha futuro. Economizar água, não contaminar o solo, não desmatar, desenvolver políticas para o desenvolvimento sustentável, utilizar produtos de empresas com certificação verde, ir de bicicleta para o trabalho, utilizar transporte coletivo, diminuir emissão de poluentes do ar, diminuir a toxidade do solo e das águas, preservar a biodiversidade.

Todas as ações são de suma importância, mas serão nulas se não observados os conceitos ou princípios fundamentais constitucionais, principalmente o direito à vida. Observados também devem ser os princípios da dignidade do homem, parte integrante do todo, como a erradicação da miséria, acesso à educação e saúde de qualidade, emprego e renda, moradia.

Desenvolver na sociedade uma cultura que atenda as expectativas de todos e que cada um faça sua parte nesse processo de desenvolvimento.

Grandes evoluções houveram nos últimos anos em relação à preservação e sustentabilidade ambiental, os estatutos criados em Conferências como a de Estocolmo, em 1972 e a ECO 92, em 1992, contribuíram muito para avanços tecnológicos e culturais sob o prisma ambiental.

Os avanços em vários campos, científicos e sociais, tiveram grande influência no desenrolar das discussões acerca de objetivos e instrumentos para se alcançar a sustentabilidade. A engenharia genética e a busca de fontes renováveis e não poluentes de energia, assim como a revolução no campo das comunicações e os efeitos do processo de globalização de modelos econômicos e conceituais, contribuíram em grande medida para mudar as imagens e as propostas de solução para os problemas derivados da relação homem/natureza. (SALVIANI, 2012)

Mas ainda há muito a se fazer. Os números apresentados relacionados à mobilidade sustentável, enfatizando ciclovias, sobre os problemas dos lixões a céu aberto e aterros sanitários inadequados, os problemas da saúde e educação, evidenciaram a necessidade de progresso.

Entretanto, a imagem dos investimentos, oriundos de filantropia ou públicos, em programas e projetos com o intuito de promover e alcançar o desenvolvimento sustentável, aparecem como fonte de esperança para um planeta melhor.

Um planeta melhor e sustentável, transformado por uma cultura não preservacionista mas responsável na utilização de seus recursos naturais e no respeito aos fundamentais direitos humanos. Instituições e comunidades estão empenhadas em tal objetivo, desenvolvendo e implementando medidas para uma sociedade sustentável.

4 REFERÊNCIAS

AFONSO, Cíntia Maria. **Sustentabilidade: caminho ou utopia?** São Paulo: Annablume, 2006.

BARROS, Diana Luz Pessoa de. **Os discursos do descobrimento: 500 e mais anos de discurso.** São Paulo: FAPESP, 2000.

CHARDIN, Teilhard de. **O fenômeno humano.** São Paulo: Pensamento – CULTRIX, 1955.

LARA, Consuelo Rocha Dutra de. **A atual gestão do conhecimento: a importância de avaliar e identificar o capital intelectual nas organizações.** São Paulo: Nobel, 2005.

BARBOSA, Livia; CAMPBELL, Colin. **Cultura, consumo e identidade.** Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

SATO, Jorge. **Mata atlântica: direito ambiental e a legislação, exame das restrições ao uso da propriedade.** São Paulo: Hemus, 1995.

DAYCHOUM, Merhi. **Gerência de projetos: programa delegacia legal.** Rio de Janeiro: Brasport, 2005.

GEBRAN, Raimunda Abou. **Contexto escolar e processo ensino-aprendizagem: ações e interações.** São Paulo: Arte & Ciência, 2004.

LIBANIO, João Batista. **Eu creio, nós cremos: tratado da fé.** 2. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2004.

FILHO, Gino Giacomini. **Ecopropaganda.** São Paulo: SENAC, 2004.

KOSOVSKI, Ester; PIEDADE, Heitor; ROITMAN, Riva. **Estudos de Vitimologia.** Rio de Janeiro: Letra Capital, 2014.

SALVIANI, Roberto. **Participação e desenvolvimento sustentável no Brasil: a experiência da Itaipu binacional.** Rio de Janeiro: E-papers, 2012.

ATKW, Instituto. **Carta da Terra.** Disponível em <<http://www.institutoatkwhh.org.br>> Acesso em: 29 out. 2014.

EXAME. **Ciclovía de 70.000 km ligará 43 países europeus.** Disponível em: <<http://exame.abril.com.br/mundo/noticias/ciclovía-de-70-mil-quilometros-ligará-43-paises-europeus>> Acesso em: 29 out. 2014.

FOLHA DE SÃO PAULO ONLINE. **País não conseguiu erradicar os lixões no prazo; coleta avançou.** Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/colunas/maragama/2014/08/1494203-lixo-pais-nao-conseguiu-erradicar-os-lixoes-no-prazo-coleta-avancou.shtml>> Acesso em: 29 out. 2014.

PORTAL RESÍDUOS SÓLIDOS. **Quem mais produz lixo no mundo?** Disponível em: <<http://www.portalresiduossolidos.com/quem-produz-mais-lixo-no-mundo/>> Acesso em: 29 out. 2014.

G1 EDUCAÇÃO. **Índice de analfabetismo para de cair e fica em 8,7%, diz Pnad.** Disponível em: <<http://g1.globo.com/educacao/noticia/2013/09/indice-de-analfabetismo-para-de-cair-e-fica-em-87-diz-pnad.html>> Acesso em: 30 out. 2014.

PORTAL EBC. **Investimento em educação chega a 5,3% do PIB em 2011.** Disponível em: <<http://www.ebc.com.br/educacao/2012/11/investimento-em-educacao-chega-a-53-do-pib-em-2011>> Acesso em: 30 out. 2014.

PORTAL PUC-RIO. **Orçamento para saúde no Brasil cresce, mas ainda está na UTI.** Disponível em: <http://puc-riodigital.com.puc-rio.br/Jornal/Saude/Orcamento-para-saude-no-Brasil-cresce,-mas-ainda-esta-na-UTI-8990.html#.VFfL_PnF_FM> Acesso em: 30 out. 2014.

FIEMG. Disponível em: www.fiemg.com.br Acesso em: 30 out. 2014.